

---

## ENQUADRAMENTO E NEGACIONISMO: APROPRIAÇÕES DA IMPRENSA SOBRE ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

*NEWS FRAMING AND DENIALISM: OWNERSHIP OF PRESS ABOUT  
CHANGES TO THE DISARMAMENT STATUTE*

*ENCUADREO Y NEGACIONISMO: APROPIACIONES DE LA PRENSA  
SOBRE CAMBIOS EN EL ESTATUTO DE DESARME*

CARLOS ALBERTO ZANOTTI<sup>1</sup>

BRUNA CONRADI CARNIELLI<sup>2</sup>

JÚLIA HELENA DE SOUSA VILELA<sup>3</sup>

Submissão: 26/02/2021  
Aprovação: 18/06/2021  
Publicação: 16/07/2021

---

<sup>1</sup> Jornalista, professor e pesquisador da Faculdade de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, da PUC-Campinas. Mestre e doutor pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6644-7206> E-mail: [zanotti@puc-campinas.edu.br](mailto:zanotti@puc-campinas.edu.br)

<sup>2</sup> Estudante da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas; bolsista CNPq/Capes de Iniciação Científica.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-2005-6154> E-mail: [bruna.c.carnielli@gmail.com](mailto:bruna.c.carnielli@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante da Faculdade de Jornalismo; bolsista CNPq/Capes de Iniciação Científica.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0577-9856> E-mail: [juliahsv20@gmail.com](mailto:juliahsv20@gmail.com)

---

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar as apropriações e o enquadramento noticioso com que as alterações promovidas no Estatuto do Desarmamento pelo governo de Jair Bolsonaro

chegaram aos leitores dos diários *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, os dois maiores jornais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Amparados em argumentos científicos, os enquadres associaram as mudanças ao aumento futuro de mortes por causas violentas, tese compartilhada pela opinião pública segundo pesquisas de opinião divulgadas no período. Tendo a Análise de Conteúdo como suporte para a análise de *frame*, este trabalho investiga os modos como jornais de referência contrapuseram argumentos científicos à motivação baseada em crenças e impressões pessoais de condutas negacionistas.

**Palavras-chave:** Armas de fogo. Desarmamento. Enquadramento. Negacionismo. Sociedade midiaticizada.

## ABSTRACT

This work aims to clarify the ownership of press and news framework with which the changes promoted in the Disarmament Statute by the government of Jair Bolsonaro were presented to readers of the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Globo*, the two largest newspapers in the states of São Paulo and Rio de Janeiro. Supported by scientific arguments, the daily papers associated the changes made with the future increase in deaths from violent causes. The forecast was shared by public opinion, according to opinion polls released in the period. Based on Content Analysis as a support for frame analysis, this work opposes scientific arguments to motivations based on beliefs and personal assessments that characterize denialist behaviors.

**Keywords:** fireguns; disarmament; framing; denialism; mediatised society.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo averiguar las apropiaciones de la prensa y el encuadre noticioso con el que han sido reportados los cambios en el Estatuto de Desarme en el gobierno de Jair Bolsonaro para los lectores de los periódicos *Folha de S. Paulo* y *O Globo*, los dos más importantes de los Estados de São Paulo y Rio de Janeiro. Apoyado en argumentos científicos, los periódicos han asociado los cambios realizados con el aumento futuro de muertes por causas violentas. La previsión ha sido compartida por la opinión pública, según encuestas publicadas en el período. A través del Análisis de Contenido como soporte para el estudio de marcos, este trabajo contrapone argumentos científicos a las motivaciones basadas en creencias y valoraciones personales que caracterizan las conductas negacionistas.

**Palabras clave:** Armas de fuego. Desarme. Encuadramiento. Negacionismo. Sociedad mediaticizada.

## INTRODUÇÃO

Em 15 de janeiro de 2019, o recém-empossado presidente Jair Bolsonaro –buscando cumprir uma promessa de campanha ao seu eleitorado – assinou um decreto-lei para permitir maior flexibilidade à aquisição e posse de armas de fogo no Brasil. Ele alterou itens que regulamentam o Estatuto do Desarmamento, um instituto jurídico que entrou em vigor em 2014 em decorrência de um plebiscito sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo no país. Durante a campanha eleitoral de 2018, e especialmente nos dias que antecederam e sucederam a assinatura da alteração bolsonarista, a imprensa divulgou farto material noticioso e analítico contraindicando a medida, incluindo uma pesquisa de opinião pública desaprovando a iniciativa do novo presidente. Não obstante, o decreto foi assinado.

O episódio abre possibilidades para que possamos avançar na compreensão da relação entre jornalismo e sociedade, bem como no entendimento da própria gênese que caracteriza a relação do novo governante com a imprensa e com o conhecimento científico. Para tanto, este artigo revisita autores referenciais na área, busca compreender a formação de quadros de referência (*frames*) e apura de que forma os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* construíram os textos com que registraram o desenrolar dos fatos.

A ideia de construção textual no campo do jornalismo está presente na obra de Niklás Luhmann, sociólogo alemão que aponta a comunicação como o operador central do sistema social (MARCONDES FILHO, 2005, p. 7). Em sua obra, os meios de comunicação são compreendidos como “todas as instituições da sociedade que se servem de meios técnicos de reprodução para a difusão da comunicação” (LUHMANN, 2005, p. 16).

Em tempos posteriores às proposições de Luhmann, o sistema dos meios de comunicação passou a incorporar a vasta rede mundial de computadores. Novos atores multiplicaram a difusão de comunicações, sem que se alterassem os estatutos do jornalismo ou mesmo o funcionamento operacional das empresas do setor. A rigor, elas se dedicam a

difundir notícias e reportagens, publicidade e entretenimento (LUHMANN, 2005, pp. 53-109), atividades para as quais foram moldados estilo próprio, doutrinas e uma representação profissional.

A exemplo da linha de trabalho seguida por boa parte dos pesquisadores da área (TUCHMAN, 1978 e 2002; SCHUDSON, 1988; SHOEMAKER e REESE, 1996; WOLF, 1987; TRAQUINA, 1993; SOUSA, 2002), Luhmann entende a informação jornalística como resultado de um processo que classifica de “construtivismo operacional” (LUHMANN, 2005, p. 22). O fenômeno ocorreria devido ao fato de que os meios atuam como observadores de observações geradas em outros sistemas sociais, onde se localizam as fontes de informação às quais os jornalistas recorrem para produzir (ou melhor, construir) notícias e reportagens. Para o jornalismo – atesta o autor – “não sobra nenhuma outra [operação] senão construir a realidade ou, eventualmente, observar como os observadores constroem a realidade” (LUHMANN, 2005, p. 23). A construção (verbal/imagética) da realidade materializa-se na forma de *frames* – ou dos chamados quadros de representação de uma determinada realidade, processo estudado a partir do trabalho de Entman (1993), pesquisador que se inspirou no legado do sociólogo e antropólogo social Erving Goffman (2012). Esclarece Entman (1993, p. 2):

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de modo a promover a definição de problemas específicos, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito.

No ato de enquadrar – e graças à sua filiação ao iluminismo (SOUSA, 2008, pp. 88-97) – o jornalismo recorre a estratégias formais para garantir confiabilidade aos seus relatos. Entre elas, destacam-se buscar testemunhos, dar espaço editorial aos dois lados de um conflito, quantificar fenômenos sociais e entrevistar especialistas (LAGE, 2001). Neste processo, os profissionais buscam quadros de referência junto aos demais sistemas sociais. No caso da facilitação ao acesso e posse de armas e munições, não foi diferente. Os jornais

estudados entrevistaram especialistas e autoridades em segurança pública, pesquisadores da área e vítimas ou seus parentes próximos. Também produziram editoriais, que são os textos que expressam os valores da instituição jornalística, cuja intenção final é influenciar políticas públicas (MELO, 2003).

Em função de sua gênese iluminista, os jornais procuram orientar narrativas com objetividade e racionalidade, o que fez com que se amparassem, na cobertura aqui estudada, em argumentos embasados no rigor científico. Esses argumentos foram decisivos na configuração do enquadramento, o que confrontou, no período observado, com as argumentações apresentadas pelos defensores do decreto, que se apegaram a crenças e paixões pessoais. A polarização política e os movimentos que negam o conhecimento científico – fenômenos típicos da contemporaneidade – ambientaram a cobertura estudada. O negacionismo e suas teorias conspiratórias, como conceituado em Casseres (2020, n/p), tem sido usado “como instrumentos para minar consensos científicos, desmobilizar agendas e legitimar a desestruturação de políticas públicas”.

## **OBJETIVOS E MÉTODO**

Este trabalho teve por objetivo apurar as apropriações e o enquadramento noticioso, por parte dos dois jornais de maior circulação nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, na cobertura da promulgação do decreto federal que facilitou a compra e posse de armas de fogo no país. No caso de São Paulo, a maior capital brasileira, o jornal escolhido é o de maior circulação no país. No caso do Rio, além de contar com a maior circulação no Estado, o jornal escolhido pertence ao principal grupo de comunicação do país, com sede na unidade federativa que, em números absolutos, foi a capital brasileira onde mais ocorreram homicídios em 2019 (ANUÁRIO, 2020).

Enquanto método, acolhemos as recomendações de pesquisadores da área, para os quais o estudo do enquadramento está diretamente associado à Análise de Conteúdo, que se

aplica a textos noticiosos, quaisquer textos escritos e também à comunicação oral ou visual pertencente a um texto (BONONE, 2016, p. 82). Scheufele (2006) lembra que a formação de um quadro noticioso deriva de uma sincronização entre corpo redacional e público leitor, observação que também se encontra na obra de Entman (1991). De um modo geral, os pesquisadores do jornalismo “localizam os *frames* no interior dos sistemas de mídia, incluindo as relações entre os jornalistas e o ambiente das redações; junto aos receptores das mensagens midiáticas; e entre os atores, grupos e organizações dos diferentes campos sociais” (ANTUNES, 2009, p. 87).

A percepção do enquadramento, em nosso trabalho, se deu com o acompanhamento sistemático das coberturas com recorte temporal entre 1º de dezembro de 2018 e 28 de fevereiro de 2019. Observamos que o tema foi apresentado com o mesmo enquadramento em ambas as publicações, o que não teria sido uma coincidência, visto que jornais de referência (ZAMIN, 2014) possuem um forte vínculo com o pensamento científico.

Aos objetivos aqui propostos, excertos discursivos de 36 textos do gênero informativo e 2 editoriais publicados pela *Folha de S. Paulo*, e de 37 textos informativos e três editoriais publicados em *O Globo*, deram origem a um conjunto de seis categorias analíticas que sustentam as inferências (BARDIN, 2010, pp. 40-45) aqui realizadas. A primeira categoria reúne as *Fontes de Informação* às quais os dois jornais recorreram para obter análises e opiniões; a segunda agrupa os principais argumentos das *Fontes Favoráveis ao Decreto*; a terceira aponta os argumentos mais significativos apresentados pelas *Fontes Contrárias ao Decreto*; a quarta reproduz as argumentações contidas nos *Editoriais Publicados no Período*; a quinta resume *Histórias de Interesse Humano*, relatando experiências singulares de pessoas que se viram às voltas com armas de fogo; e a sexta, à qual demos o nome de *Configuração do Frame*, busca apontar a convergência para a construção do enquadramento. As tabelas a seguir elencam e tipificam as fontes de informação consultadas pelos dois jornais, anotando-se as favoráveis (F), contrárias (C) e neutras (N) em relação ao decreto presidencial:

**Tabela 1: Fontes de Informação (Folha de S. Paulo - FSP)**

Fonte	/	Atuação	Instituição
Carlos Bolsonaro	F	Político	Vereador Rio de Janeiro
Flávio Dino	C	Político	Governador do Maranhão
Gleisi Hoffman	C	Política	Presidente do PT
Jair Bolsonaro	F	Político	Presidente da República (sem partido)
Joice Hasselmann	F	Política	Deputada Federal (PSL-SP)
Letícia Aguiar	F	Política	Deputada Estadual (PSL-SP)
Rodrigo Maia	C	Político	Deputado Federal (Democratas)
Patrícia Dalle Molle	F	Empresária	Usuária de academia de tiros
Paulo Bilinskyj	F	Empresário	Dono de academia de tiros
Rose Guimarães	F	Empresária	Dona de academia de tiros
Alexandre Barbosa	F	Vítima	Servidor público (assalto)
Jovanka Leal	F	Vítima	Servidora pública (assalto)
Elza Paulina	C	Policial	G. M. de São Paulo (capital)
Emerson Massera	C	Policial	P. M. de São Paulo (capital)
José Vicente da Silva Fo.	C	Policial	Ex-Secretário Nac. de Seg. Pública
David Hemengway	C	Pesquisador	Controle de Ferimentos Harvard
Ilona Szabó	C	Pesquisadora	Fórum Bras. Segurança Pública
José Miguel Vivanco	C	Pesquisador	Diretor Human Rights Watch
Júlio Jacobo Weselfisz	C	Pesquisador	Mapa da Violência no Brasil
Natalia Pollachi	C	Pesquisador	Instituto Sou da Paz
Benê Barbosa	F	Ativista	Movimento Viva Brasil
Ivan Marques	C	Ativista	Instituto Sou da Paz
Jaqueline Neves	F	Ativista	Blog Armadas Brasil
Solange Lopes	F	Ativista	Instituto da Defesa
Fabrcio Rebelo	C	Advogado	Centro Pesq. Direito e Segurança
Isabel Figueiredo	C	Advogada	Fórum Bras. Segurança Pública
Rafael Lessa	C	Advogado	Ministério Público de São Paulo
Augusto Heleno	F	Militar	Ministro Gabinete Institucional

**Fonte: Os autores (2020)**

**Tabela 2: Fontes de Informação (O Globo - OG)**

Fonte	/	Atuação	Instituição
Capitão Augusto	F	Político	Deputado Federal (PL-SP)
Major Olímpio	F	Político	Senador (PSL-SP)
Cláudio Zanela	N	Vítima	Parente de vítima assassinada
José Vicente da Silva Fo.	C	Policial	Ex-Secret. Nac. de Segurança Pública
Robson Rodrigues	C	Policial	Coronel Reformado da PM do RJ
Ubiratan Ângelo	C	Policial	Ex-comandante da PM do R. de Janeiro
Bruno Nazar	C	Pesquisador	Instituto de Psiquiatria – UFRJ
César Barreira	C	Pesquisador	Lab. de Estudos da Violência - UFC
Edward Campion	C	Pesquisador	New England Journal of Medicine
Fabício Rebelo	F	Pesquisador	Centro Pesquisa em Direito e Segurança
Renato Sérgio de Lima	C	Pesquisador	Fórum Bras. de Segurança Pública
Thomas Conti	C	Pesquisador	Inspere/Unicamp
Guaracy Mingardi	C	Ativista	Fórum Bras. de Segurança Pública
Ivan Marques	C	Ativista	Instituto Sou da Paz
Melina Risso	C	Ativista	Instituto Igarapé
Stephani Mori	C	Ativista	Instituto Sou da Paz
Walter Maierovich	C	Advogado	Professor Faculdade de Direito - USP
Valéria Scarance	C	Promotora	Ministério Público – São Paulo

**Fonte: Os autores (2020)**

Como visto em Antunes (2009, p. 87, com grifos nossos), os enquadramentos se formulam entre jornalistas, receptores “e *atores, grupos e organizações* dos diferentes campos sociais”. A *Folha de S. Paulo* recorreu a 28 fontes (Tabela 1) entre atores individuais e/ou coletivos que contribuíram para o enquadramento negativo dado ao decreto de Bolsonaro. Eles apareceram em proporções equilibradas: 15 posicionaram-se contrariamente ao decreto, enquanto outras 13 colocaram-se favoráveis. Já *O Globo* (Tabela 2) recolheu depoimentos de 18 fontes, das quais apenas 3 apoiaram o decreto, enquanto 14 criticaram a iniciativa e uma permaneceu neutra (N). Do conjunto das fontes dos dois jornais, nove são



ligadas a partidos políticos e quinze são ligadas a organizações não governamentais (ONGs), com destaque para o Instituto Sou da Paz e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, presentes nas duas publicações.

Por área de atuação, os atores predominantes são pesquisadores da área social, num total de 11, ligados à Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi também ouvido um estudioso ligado ao Centro de Pesquisa e Controle de Ferimentos, da Universidade de Harvard (EUA), editor da *New England Journal of Medicine*. À exceção de um, todos condenaram o decreto da flexibilização da posse, apresentando argumentos científicos que foram incorporados no enquadramento das coberturas.

## FONTES FAVORÁVEIS AO DECRETO

Na argumentação favorável à flexibilização – posição contrária ao enquadramento dos dois jornais –, os principais argumentos destacados nas coberturas focaram bravatarias e frases de efeito, sem que nenhum dado do conhecimento científico tenha sido apresentado pelas fontes consultadas visando convencer o leitor sobre a conveniência da mudança da lei. Nem mesmo experiências pessoais bem-sucedidas, em termos de proteção individual, foram referenciadas. Em sentido contrário, no entanto, haveria como exemplo o episódio [não narrado no período apurado] em que o presidente Bolsonaro teve sua moto e uma pistola Glock, calibre 380, roubados durante um assalto no Rio de Janeiro, 24 anos atrás (ABBUD, 2018). Bolsonaro, contudo, aparece na cobertura argumentando que, de posse de uma arma, as mulheres “poderão também se defender” – ou seja, fazer algo que nem mesmo ele, um ex-capitão do Exército Brasileiro, conseguiu fazer.

A questão de gênero foi predominante nas argumentações dos defensores do decreto. A ilusão sádica e vingativa de que basta “mirar bem no meio das pernas e atirar” (Joice

Hasselman, *FSP*, 17 jan.) para que as mulheres se sintam “poderosas” (Solange Lopes, *FSP*, 17 jan.) domina as argumentações, aliando-se ao pseudocientificismo de que a arma esteja relacionada a um “instinto de sobrevivência” (Paulo Bilinskyj, *FSP*, 15 jan.). Por ser negacionista, a argumentação desconsidera indicadores científicos, tocando apenas em fatores subjetivos, como medos e pavores, que desde sempre povoam o inconsciente diante da morte e do desconhecido.

A argumentação dos favoráveis incursionou também pelo terreno das hipóteses: “se essa senhora tivesse como se defender...” (Carlos Bolsonaro, *FSP*, 20 fev.), apostando que as pessoas vivam em guarda o tempo todo e que conseguiriam fazer juízo acertado, em poucos segundos, na hora de recorrer à autoproteção com arma de fogo. Na direção contrária aos dados estatísticos, os argumentos também apontaram que as armas são “sinônimo de mais segurança” (Letícia Aguiar, *FSP*, 17 jan.) ou mesmo um “equalizador de forças” (Jaqueline Neves, *FSP*, 17 jan.) no confronto que, em termos fisiológicos, colocaria as mulheres em desvantagem. Para coroar a argumentação baseada em crenças, um ex-policial aparece para defender a tese de que as armas não matam, mas sim as pessoas (Major Olímpio, *OG*, 30 dez.). A falácia da neutralidade tecnológica, no entanto, com o próprio exemplo da arma de fogo, foi derrubada, na década de 1960, pelo historiador canadense Marshall McLuhan (1969, pp. 25-26)<sup>1</sup> na emblemática síntese segundo a qual “o meio é a mensagem”.

## FONTES CONTRÁRIAS AO DECRETO

As argumentações das fontes contrárias à flexibilização apareceram subsidiadas por estudos oficiais de governo ou de instituições de ensino superior ou empresas de pesquisa de opinião pública. Um dos principais argumentos a favor do enquadramento adotado foi a

---

<sup>1</sup> No capítulo *O meio é a mensagem*, o pesquisador canadense desqualifica o argumento do general David Sarnoff que, ao receber um grau honorífico na Universidade de Notre Dame, avaliou: “Estamos sempre inclinados a transformar o instrumental técnico em bode expiatório dos pecados praticados por aqueles que o manejam.” Na linha de raciocínio macluhiana, a *mensagem* do *meio* arma de fogo só pode ser uma, a da extinção da vida.

referência à queda do ritmo do aumento de mortes por causas violentas: de 2,2% ao ano, registrado em 1996, para 0,29%, registrado após a vigência do Estatuto do Desarmamento. Do mesmo estudo, a *Folha* aproveitou a informação de que, entre 2002 e 2014, cerca de 1.300 crianças morreram e outras 6 mil se feriram com armas de fogo (MENA, 2019).

Em *O Globo*, vê-se que outra pesquisa, desenvolvida pela Universidade de Harvard (EUA), apontou que o risco de suicídio é três vezes maior em lares onde existem armas de fogo (Bruno Nazar, *OG*, 30 jan.). O mesmo jornal apresentou aos leitores o resultado de um levantamento sobre 61 estudos a respeito da posse de armas, onde restou apurado que 90% da comunidade científica é contrária ao abrandamento da lei no Brasil, pois não encontraram evidência de benefício algum com o afrouxamento do controle (Thomas Conti, *OG*, 18 jan.). Existiria, isto sim, o consenso de que, com arma de fogo em casa, o risco de morte é maior (Valéria Scaranci, *OG*, 16 jan.).

Além dos dados censitários, os entrevistados aparecem nas coberturas com deduções racionais – embasadas no conhecimento científico – como se percebe na afirmação “Se policiais treinados são vítimas de criminosos, a população tem ainda menos chances” (Ivan Marques, *OG*, 30 jan.). A circulação de mais armas, ainda no campo da lógica dedutiva, implicaria em colocar “mais lenha na fogueira” (Ilona Szabó, *FSP*, 16 jan.) da violência que atinge o país, bem como a ilação de um ex-secretário nacional de Segurança Pública advertindo que “Mais pessoas armadas não assustam bandidos. Só fazem mais vítimas de tiros” (José Vicente da Silva Filho, *OG*, 30 jan.).

A argumentação científica apropriada pelos jornais invadiu também o campo da subjetividade, a partir do questionamento de um ex-coronel da Polícia Militar, com formação em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Ele indagou aos leitores da *Folha de S. Paulo*: “Você está preparado para matar?” (José Vicente da Silva Filho, *FSP*, 23 jan.). A mesma fonte, que já ocupou o cargo de secretário nacional de Segurança Pública, propôs o seguinte exercício de raciocínio em *O Globo*: “As armas são feitas para matar, não para defender ou assustar” (*OG*, 30 jan.).

Os argumentos dos adversários do decreto foram mobilizados, pelos jornais, para desqualificar as motivações dos armamentistas, tendo contribuído decisivamente para a fixação do enquadramento adotado. É o caso do título *Decreto libera armas em casa, onde os crimes são menos frequentes* (FSP, 19 jan.) visando observar que, de nada adianta a pessoa estar protegida no lar ou no comércio em que trabalha, se os crimes, em sua grande maioria, ocorrem na rua.

## EDITORIAIS PUBLICADOS NO PERÍODO

No período observado, os dois jornais produziram cinco editoriais. Os títulos, reproduzidos a seguir, colocam em evidência a contribuição do próprio grupo editorial para a consecução do enquadramento construído. Em linguagem que remete à racionalidade, em um de seus editoriais, *Tiro no pé* (FSP, 1º jan.), a *Folha de S. Paulo* associou a posse de armas ferimentos imprudentemente causados a si próprio; bem como a um *Morticínio armado* (FSP, 16 jan.) título do outro editorial, que emprega expressão derivada do substantivo morte, cuja terminação eleva o grau de magnitude do que se quer expressar.

Em um de seus editoriais, *O Globo* – sediado no Rio de Janeiro – buscou argumentos em uma ocorrência dentro de uma igreja no interior de São Paulo. No texto correspondente ao título *Massacre em Campinas reafirma necessidade do controle de armas* (OG, 13 dez.) o jornal busca reforço ao enquadramento adotado, o que reafirma no editorial seguinte, sob o título *Decreto das armas é temerário* (OG, 16 jan.), remetendo ao pavor com os efeitos da mudança bolsonarista. O terceiro editorial, com o título *Acesso mais fácil a armas pode ampliar a já alta taxa de homicídios* (OG, 22 jan.) consolida o viés antinegacionista.

## HISTÓRIAS DE INTERESSE HUMANO

As chamadas histórias de interesse humano têm por objetivo relatar uma experiência particular que o jornalismo universaliza. A estratégia oferece um rosto para os dados

estatísticos, geralmente destituídos de emoção e dor de protagonistas anônimos. Esse gênero informativo também esteve presente nas coberturas dos jornais pesquisados. Sob o título *Gatilhos por perto, um motivo qualquer e vidas perdidas*, a edição de *O Globo* (21 jan. 2019) abordou uma tragédia que se abateu sobre uma família de Baraúna, no interior da Paraíba. Relata o texto da repórter Silvia Amorim (2019):

Adilson Azevedo, de 63 anos, estava dormindo enquanto sua casa simples numa rua de terra era atingida por um incêndio. Afrito, o filho arrombou o portão de entrada para chegar ao quarto do pai e resgatá-lo. Não conseguiu. Em meio à fumaça, dentro da casa, ele foi recebido à bala pelo idoso, que pensou que um assaltante havia invadido seu imóvel. Assustado, Adilson matou o próprio filho à queima-roupa.

À tragédia enfrentada pela família Azevedo, a repórter reuniu dois outros relatos para contribuir com o enquadramento adotado pelo jornal. Um dos casos teria acontecido no mesmo dia da tragédia dos Azevedo, quando Josivaldo da Silva Pinheiro, embriagado, matou acidentalmente o filho de 8 anos durante um conflito com a esposa, em Ibatiguara (PB). Nomes completos, distâncias e coincidências garantiram veracidade ao relato da jornalista, que ainda acrescentou à matéria uma terceira morte acidental: Cláudia Eduarda Zanela, de 31 anos, que levou um tiro nas costas quando o marido, Carlos Alexandre Corrêa, de 25 anos, teria colocado uma arma sobre a mesa “e ela disparou sozinha”.

Por sua vez, na *Folha*, a humanização antiarmamentista foi obtida com a equação que envolve infância e armas de fogo. A matéria começa pela estatística de que, a cada três dias, uma criança é internada no Brasil em função de acidente com armamentos. O caso apresentado é o do garoto Juan Riquelme Machado Dias, de 9 anos, vítima fatal de um disparo acidental dentro da própria casa, na Cidade Tiradentes, bairro popular da zona leste de São Paulo. Nos 10 anos pesquisados pelo jornal, tragédias da mesma natureza levaram a 292 óbitos de crianças no Brasil.

## CONFIGURAÇÃO DO FRAME

Entendendo-se *frame* como retrato, janela ou enquadramento da experiência humana, sua expressão é facilmente reconhecida em títulos jornalísticos, sejam para textos opinativos ou matérias informativas – aquelas que buscam imprimir objetividade às narrativas, como recomendam os fundamentos do jornalismo e manuais de redação dos jornais de referência. Enquanto exercício de uma síntese contedística, os títulos recuperam, do quadro de referência já adotado no texto, o *frame* ao qual se acrescentará a novidade comunicada ao público (LUHMANN, 2005, pp. 57-58).

Em ambos os jornais, as coberturas ganharam títulos nos quais substantivos impactantes como crime, risco, morte, acidente, pavor e suicídio estiveram sempre associados a verbos que descrevem conflito e dão densidade dramática aos relatos, como matar, aumentar e alertar. Dois títulos publicados em uma mesma edição de *O Globo* são emblemáticos neste sentido: *Armas mataram 600 mil desde 2001: tiros são responsáveis por uma morte a cada 14 minutos*; e *Aumento de crimes é quase consenso na comunidade científica* (ambos os títulos publicados em 20 jan. 2019). Com estas formulações, o jornal carioca procurou traduzir em números a gravidade da facilitação da posse de armas, quantificando o problema e prevendo seu agravamento a partir dos depoimentos de especialistas em segurança pública – fontes consideradas confiáveis quanto à neutralidade partidária, já que fazem uso de argumentos científicos. Dias antes, o mesmo jornal havia noticiado, em título de matéria, que *Metade das mortes de mulheres é por arma de fogo* (16 jan. 2019), dado também censitário – portanto igualmente insuspeito – chamando a atenção para a condição feminina no país que ocupa o quinto lugar no *ranking* de feminicídios no mundo (WAZELSFISZ, 2015).

No período de análise, a *Folha de S. Paulo* foi mais taxativa em relação à cientificidade dos argumentos obtidos por pesquisadores da área de segurança pública. Abaixo, por exemplo, do título *Estudos ligam acesso fácil a armas, a suicídios e acidentes*

*domésticos*, a publicação paulista acrescentou o subtítulo *Pesquisas científicas produzidas nos EUA apontam maior risco para mulheres e crianças* (FSP, 18 jan.). Com a matéria, a publicação colocou o armamento dentro da casa do leitor, onde o senso comum indica que a parcela fisiologicamente mais frágil do tecido social ficaria ainda mais exposta à violência. Observe-se que o verbo escolhido pelo jornal – apontar – é mais vigoroso que a opção pelo verbo poder. O verbo utilizado pelo jornal indica uma ocorrência em andamento, enquanto o não utilizado remeteria o problema para o campo das possibilidades. No *frame* construído, não se trata de uma hipótese, mas de uma certeza. Em *O Globo*, outro dado censitário também apontava para a vulnerabilidade de crianças no título *EUA: armas provocam 15% das mortes infanto-juvenis* (OG, 22 jan. 2019).

Em reforço ao quadro de ameaça que representa o acesso e controle menos rigoroso da posse de armas, ambos os diários apontaram a inutilidade da medida para os propósitos manifestados pelo governo. É o caso da reportagem publicada em 17 de janeiro pela *Folha*, dois dias depois da assinatura do decreto: *Menos de 3% dos roubos em SP ocorrem em residências*, esclarecendo no subtítulo: *É nestes locais que a posse de armas de fogo foi facilitada por Bolsonaro*. Em *O Globo*, o mero exercício do pensamento lógico-formal forneceu títulos a duas matérias que conduziram o enquadramento no mesmo sentido: *Decreto das armas pode aumentar arsenal do crime* (22 jan. 2019) e *Para especialistas, mais armas causam mais mortes* (30 jan. 2019). Em matéria publicada dois dias depois da assinatura do decreto, o jornal carioca consolidou o *frame* da cobertura com a notícia *Juíza devolve arma e se diz apavorada com a mudança de regras* (17 jan. 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método adotado e o percurso analítico aqui percorrido nos dão a segurança de que o decreto flexibilizando compra e posse de armas de fogo foi enquadrado, pelos dois principais jornais do eixo Rio-São Paulo, como comprovadamente danoso à vida em

sociedade. Com argumentos científicos, a posse de arma foi associada à morte, violência e sofrimento, envolvendo todas as faixas etárias de diferentes grupos sociais, o que respondeu à primeira de nossas indagações no desenvolvimento do trabalho: a posse teria sido enquadrada como um direito do cidadão ou uma ameaça ao tecido social?

A distância entre uma abordagem e outra – mediada pelo conhecimento científico – era, naquele momento histórico, o prenúncio dos confrontos que o presidente passaria a travar com os principais veículos de comunicação do país. A racionalidade embasada no conhecimento empírico e chancelada por argumentos científicos foi derrotada pelo pensamento mágico, crenças próprias e convicções pessoais que caracterizam o comportamento negacionista. Mais do que revelar o viés de negação do conhecimento científico, o novo instrumento jurídico deixa a cargo do cidadão, amedrontado pela criminalidade crescente, a tarefa de garantir segurança física a si, à sua família e aos seus bens patrimoniais.

A iniciativa governamental, baseada no negacionismo, inscreve o país no percurso contrário ao processo civilizador. Como apurado por Norbert Elias (1994), o avanço civilizatório atribui exclusivamente ao Estado o dever ao uso da violência legítima ou legal para conter as ameaças à segurança e à vida de seus cidadãos. Caso contrário, deparamo-nos com o retorno ao obscurantismo que antecedeu o chamado Século das Luzes, quando a ciência passou a ser vista, na formulação de Sagan (1996), como uma vela a nos tirar de um mundo assombrado pelos demônios. Neste contexto e, com a realização da análise pautada nas dimensões apresentadas por Ferrés e Piscitelli (2015), pode-se concluir que no âmbito da expressão, o modo como público consumiu as informações disseminadas pela revista resultou nas cartas dos leitores, na seção “Intervalo para conversa”. Nesse espaço de produção, os leitores trouxeram diversos assuntos entre eles: comentários sobre acontecimentos e reportagens de outras edições da “Intervalo”, solicitações de informações e endereços, opinião sobre determinado cantor, artista ou programa de TV.



Os textos das cartas são informais, compreensíveis e são capazes de gerar uma identificação com outros leitores que podem ou não, compartilhar da mesma opinião ou curiosidade, mas também são potenciais geradores de proximidade entre o público e a revista. Por fim, a sensibilidade estética tornou possível a construção da relação entre a “Intervalo” e seus leitores, a tornando portadora de um discurso de conselheira e amiga, elevando, assim, a relação entre produto e consumidor para o âmbito também afetivo.

## REFERÊNCIAS

ABBUD, Bruno. Assalto sofrido por Bolsonaro em 1995 culminou com a morte misteriosa do bandido e de sua família. **Época/O Globo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/assalto-sofrido-por-bolsonaro-em-1995-culminou-com-morte-misteriosa-de-um-bandido-de-sua-familia-22964254>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

AMORIN, Sílvia. Gatilhos por perto, um motivo qualquer e vidas perdidas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 jan., p. 6, 2019.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, pp. 85-99, dez. 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em 10 mar. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 LDA, 2010.

BONONE, Luana Meneguelli. Construção de método para pesquisas de *Frame Analysis*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, V. 13, N. 2, jul./dez., pp. 78-87, 2016.

CASSERES, Lívia. Negacionismo e o pensamento jurídico brasileiro. **Portal Jota - Série Voz**. Publicado em 19 ago. 2020. Disponível em: < <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/negacionismo-e-o-pensamento-juridico-brasileiro-19082020>>. Acesso em 9 dez. 2020.

- ELIAS, Norbert. Civilización y violencia. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, N. 65, pp. 141-151, 1994. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=civilizacion+y+violencia+norbert+elias&aq=chrome.0.0i19j69i57j0i19i22i30l2.14072j1j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> . Acesso em 15 mar. 2019.
- ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, New York, v. 43, n. 4, pp. 51-58, 1993.
- ENTMAN, Robert. Framing U.S. Coverage of International News: Contrasts in narratives of the KAL and Iran Air Incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n. 4, pp. 6-27, 1991. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.1991.tb02328.x>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LUHMANN, Niklás. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio à edição brasileira. In: LUHMANN, Niklás. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, pp. 7-12, 2005.
- MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MENA, Fernanda. Estudos ligam acesso fácil a armas a suicídios e acidentes domésticos. São Paulo, **Folha de S. Paulo**, p. B5, 18 jan. 2019.
- SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência como uma vela na escuridão**. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHEUFELE, Bertram. Frames, schemata, and news reporting. **Communications**, n. 31, pp. 65-83, 2006. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/j/comm.2006.31.issue-1/commun.2006.005/commun.2006.005.xml>. Acesso em: 10 out. 2018.

SCHUDSON, Michael. Por que é que as notícias são como são? **Comunicação e Linguagens**, n. 8, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, pp. 17-27, 1988.

SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephen. **Mediating the message**: theories of influences on mass media content. New York: Longman, 1991.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó (SC): Argos, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro de. **Uma breve história do jornalismo no ocidente**. BOCC - Biblioteca Online de Ciência da Comunicação. Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: PISSARRA, E. J. (org.). **Comunicação e Sociedade – os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 93-106, 2002.

WAIZELSFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Ed. 1, Brasília (DF), 2015. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2019.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

ZAMIN, Ângela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, pp. 918-942, 2014.

## EDIÇÕES ACOMPANHADAS E/OU ANALISADAS

**Folha de S. Paulo**: edições compreendidas entre os números 32.794 e 32.810.

**O Globo**: edições compreendidas entre os números 31.162 e 31.223.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

ZANOTTI, Carlos Alberto; CARNIELLI, Bruna Conradi; VILELA, Júlia Helena de Sousa. Enquadramento e negacionismo: apropriações da imprensa sobre alterações do Estatuto do Desarmamento. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 14, pp. 41-60, 2021. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v14n.57876](https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v14n.57876).